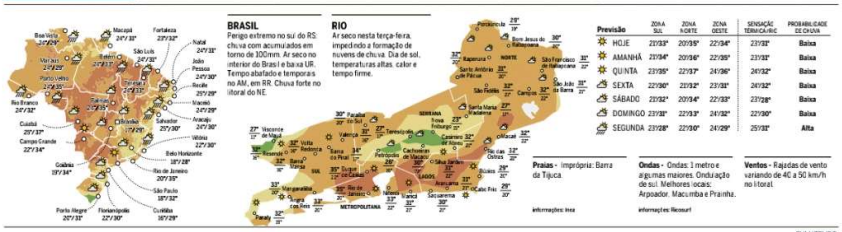
14:06 98%

Tempo

TEMPERATURA	> 40º	37º/40º	33º/36º	29º/32º	25º/28º	20º/24º	16º/19º	12º/15º	< 12º
PREVISÃO	Sol	Nublado parcialm.	Nublado	Pancadas de chuva	Nublado c/ chuvas	Chuvas e trovoadas	Geada		

SOL E LUA: Nasc. 6h15 Poente 17h23 | Cheia 23/05 | Ming. 06/05 | Nova 08/05 | Cresc. 15/05

MARÉ: Hoje Altura 0m 0h43m 0,5m | 6h50m 1,1m | 0m 13h03m 0,1m | 18h43m 1,1m



BRASIL
Perigo extremo no sul do RS: chuva com acumulados em torno de 100mm. Ar seco no interior do Brasil e baixa UR. Tempo abafado e temporais no AM, em RR. Chuva forte no litoral do NE.

RIO
Ar seco nesta terça-feira, impedindo a formação de nuvens de chuva. Dia de sol, temperaturas altas, calor e tempo firme.

Previsão	ZONA SUL	ZONA NORTE	ZONA OESTE	SENSAÇÃO TÉRMICA/BC	PROBABILIDADE DE CHUVA
HOJE	23°/33°	20°/35°	22°/34°	23°/33°	Baixa
AMANHÃ	23°/34°	20°/36°	22°/35°	23°/33°	Baixa
QUINTA	23°/35°	22°/37°	24°/36°	24°/32°	Baixa
SEXTA	22°/30°	22°/32°	23°/31°	24°/32°	Baixa
SÁBADO	23°/32°	20°/34°	22°/33°	23°/28°	Baixa
DOMINGO	23°/31°	22°/33°	24°/32°	22°/30°	Baixa
SEGUNDA	23°/28°	22°/30°	24°/29°	25°/31°	Alta

Praias - Imprópria: Barra da Tijuca

informações: Inea

Ondas - Ondas 1 metro e algumas maiores. Ondulação de sul. Melhores locais: Arpoador, Macumba e Prainha.

informações: Recosurf

Ventos - Rajadas de vento variando de 40 a 50 km/h no litoral.

CLIMATEMPO

STF reduz valor das parcelas da dívida do Rio

Liminar do ministro Dias Toffoli determina que o estado volte a pagar à União os valores de 2023. Com a decisão, que precisa ser referendada pelo plenário, governo terá que desembolsar este ano R$ 4,9 bilhões, em vez de R$ 9,6 bilhões

MARIANA MUNIZ E THAÍS BARCELLOS
grandeeo@oglobo.com.br
Brasília

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu parcialmente a um pedido feito pelo governo do estado e suspendeu o aumento de 30% nas parcelas de pagamento da dívida do Rio com a União. Na decisão, tomada ontem, Toffoli determinou ainda que os pagamentos sejam feitos com base nos valores de 2023.

De acordo com o governo estadual, com a liminar o desembolso do Rio para pagar a União este ano cairá de R$ 9,6 bilhões — dos quais R$ 5,7 bilhões seriam juros e encargos — para R$ 4,9 bilhões, valor igual ao pago em 2023. Como de janeiro a maio já foram pagos cerca de R$ 3,4 bilhões, o saldo devedor até o fim do ano seria de R$ 1,5 bilhão. A dívida total do Rio com a União está na casa dos R$ 190 bilhões.

DESCUMPRIMENTO

O aumento no valor das parcelas decorria da inadimplência do Rio com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), segundo o Ministério da Fazenda. Na semana passada, o Conselho de Supervisão do RRF considerou o Rio inadimplente por descumprimento de uma série de regras previstas no acordo.

Uma das violações verificadas no segundo semestre do ano passado foi a recomposição salarial dada ao funcionalismo em 2021. No fim do ano passado, 60% da receita corrente total eram consumidos com gastos com pessoal, contra 51% em 2021. Ainda segundo o relatório, o descumprimento das vedações do RRF somou R$ 3,076 bilhões, contra R$ 2,755 bilhões no primeiro semestre de 2023. Esse valor considera os impactos estimados anuais das violações verificadas no período, e também de datas anteriores, que permanecem irregulares.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse na semana passada que a situação frágil das contas do estado se deve a "decisões locais", como o aumento significativo da despesa com pessoal, mesmo que vedado pelo RRF.

Na prática, a decisão — que ainda precisa ser referendada pelo plenário do STF — traz alívio para o estado e foi recebida no Palácio Guanabara como uma vitória, embora ainda haja a expectativa quanto ao julgamento final da ação impetrada em abril pelo governador Cláudio Castro, que pede a suspensão do pagamento da dívida com a União até que sejam renegociados os cálculos de atualização do débito. Para o governador, as regras atuais são "leoninas" e a dívida deveria ser atualizada somente pelo IPCA — índice de inflação oficial —, porque a União não deveria "lucrar" com os juros. Hoje, os juros cobrados são de 4% ao ano ou a taxa Selic — o que for menor.

— A ação, com todos os nossos pleitos, ainda será julgada pelo STF. Não se trata de uma briga política, é uma questão institucional federativa. Seguiremos dialogando com o governo federal em busca da melhor solução — disse o governador Cláudio Castro.

Para o ministro Toffoli, seria "precipitado" garantir ao Estado do Rio, por meio de uma decisão liminar, o direito de "suspender os pagamentos (de seus débitos), até que a União Federal e as autoridades fazendárias realizem a repactuação da dívida pública, sob pena de implantar cenário de maior insegurança jurídica, agravando a condição de insolvabilidade reconhecida". Ele determinou, assim, a suspensão apenas da multa de 30% imposta pelo governo federal.

R$ 4,9
bilhões é o novo valor da dívida a ser paga este ano
Antes da liminar, o Rio teria que desembolsar R$ 9,6 bilhões, segundo o governo estadual

R$ 3
bilhões é o impacto das violações ao RRF
O valor, calculado pelo Conselho de Supervisão, inclui os gastos feitos pelo Rio sem aval do regime

MPF pede cassação de Castro, Thiago Pampolha e Bacellar

Na ação, os três são acusados de usar recursos públicos em projetos do Ceperj e da Uerj 'para promover as suas candidaturas e cooptar votos'

RAFAEL MORAES MOURA
rafael.moura@oglobo.com.br
BRASÍLIA

MAURO PIMENTEL / AFP / 06-08-2022 | LUCAS TAVARES/23-05-2022 | LUCAS TAVARES/05-10-2021

Alvos. O governador Cláudio Castro, o vice Thiago Pampolha e o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar: eles negam as denúncias que serão julgadas pelo TRE

O Ministério Público Federal pediu ontem a cassação do governador Cláudio Castro (PL), do vice-governador Thiago Pampolha (MDB), e do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil). Os três ocupam os primeiros cargos da linha sucessória do Rio. A informação foi antecipada pela coluna de Malu Gaspar, no GLOBO.

As alegações finais foram apresentadas ontem ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio no âmbito de uma ação do próprio MPF que apura irregularidades no financiamento de projetos e programas da Fundação Ceperj (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O MPF, no entanto, não pediu a inelegibilidade de Pampolha por não ver envolvimento do vice de Castro nos ilícitos.

"O esquema teve o claro objetivo da utilização da máquina pública estadual, à exclusiva disposição dos investigados, para permitir o escoamento de recursos públicos, dando-lhes aparência de legalidade, mas que, em verdade, foram indevidamente utilizados para promover as suas candidaturas e cooptar votos para as suas respectivas vitórias, nas urnas, atendendo a interesses pessoais escusos e a perpetuação dos referidos políticos nos cargos eletivos do Estado do Rio de Janeiro, sobrepondo-se ao interesse coletivo", acusam os procuradores regionais eleitorais Neide Cardoso e Flávio Paixão.

DISPUTA SEM EQUILÍBRIO

No caso da Uerj, o MPF acusa o governo do Rio de utilizar dinheiro público para contratar cabos eleitorais disfarçados de servidores públicos temporários. Além disso, para os procuradores, houve o uso excessivo de recursos públicos, que serviram para "turbinar" o Ceperj em pleno ano eleitoral, em benefício da candidatura da chapa Castro-Pampolha e de Bacellar, interferindo no "equilíbrio da disputa" e afetando a normalidade e a legitimidade daquele pleito.

De acordo com o MPF, diversos aliados políticos, amigos íntimos e familiares de Bacellar, então secretário de governo do Rio e candidato a deputado estadual, foram contratados em seu reduto eleitoral, Campos dos Goytacazes, "sem qualquer transparência", sendo os principais beneficiados de um esquema de contratações fantasma que superou R$ 200 mil.

"O escândalo foi tamanho que os saques realizados em Campos, reduto eleitoral do terceiro investigado, Rodrigo Bacellar, foi estratosférico". O MPF cita que ainda que Barbara Lima, esposa do irmão de Bacellar, o vereador de Campos Marcos Bacellar, e outros nomeados na cidade "sacaram mais de R$ 200 mil em 'dinheiro vivo', sem qualquer comprovação ou transparência das atividades exercidas".

De acordo com o MPF, o Ceperj se tornou em pleno ano eleitoral de 2022 "fornecedor de um colossal volume de mão de obra contratada por prazo determinado e sem excepcional necessidade", cujos valores empregados se revelaram absolutamente desproporcionais se comparados a 2021, saltando de R$ 34,6 milhões para R$ 240,9 milhões no intervalo de um ano.

Após a análise das folhas de pagamento do Ceperj, o Tribunal de Contas do Estado do Rio constatou a existência de 1.040 pessoas vinculadas a diretórios estaduais de vários partidos políticos, "dos quais a maioria compõe a coligação do governador", ressaltou o MPF.

Independentemente do resultado do julgamento no TRE do Rio, caberá recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a quem caberá decidir pela perda do mandato e pela convocação de novas eleições.

Se Castro, Pampolha e Bacellar acabarem cassados pelo TSE, o governo do Rio vai parar nas mãos do presidente do Tribunal de Justiça do Rio, o desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, até a realização de um novo pleito.

Procurado pela equipe da coluna, o advogado Bruno Calfat, defensor do vice de Cláudio Castro, disse que o Ministério Público Federal, "cumprindo o seu papel de fiscal da lei, reconheceu que Thiago Pampolha não praticou nenhum ato contrário à legislação eleitoral e, portanto, não pediu a sua inelegibilidade".

A defesa do governador informou que "tem prestado todos os esclarecimentos aos órgãos de controle" e que, "após as denúncias, Castro determinou a extinção dos projetos da Fundação Ceperj, que está sendo reestruturada".

Já Bacellar, em nota, disse que "o MP se pautou em matérias jornalísticas que não se submetem ao contraditório" e que não foram produzidas provas de que ele cometeu irregularidades.